

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DO RECONHECIMENTO CONTÁBIL DE
ATIVOS INTANGÍVEIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS
DO SETOR FINANCEIRO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Julia Karsburg Marin

**Santa Maria, RS, Brasil.
2014**

ANÁLISE DO RECONHECIMENTO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR FINANCEIRO

Julia Karsburg Marin

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção de grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Ms. Bianca Bigolin Liszbinski

**Santa Maria, RS, Brasil.
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**ANÁLISE DO RECONHECIMENTO CONTÁBIL DE ATIVOS
INTANGÍVEIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR
FINANCEIRO**

elaborado por
Julia Karsburg Marin

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

Bianca Bigolin Liszbinski, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Fernando do Nascimento Lock, Dr. (UFSM)
(Membro)

Raíssa Silveira de Farias, Prof. (UFSM)
(Membro)

Santa Maria, Janeiro de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Mauro e Magali, por terem me dado a vida, carinho, amor, por sempre estarem ao meu lado, pelo apoio recebido e por ensinarem que sempre devemos lutar pelos nossos sonhos.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis, por todos os ensinamentos repassados. Em especial, agradeço a professora Bianca Liszbinski Bigolin pelo tempo disponibilizado e atenção dada a este trabalho, pela sua orientação clara e segura e por sua dedicação e disponibilidade.

Ao meu amor, Guilherme, pelo companheirismo, compreensão e carinho.

Aos meus amigos, pela amizade, confiança e compreensão durante este período importante da minha vida.

Às minhas colegas que se tornaram verdadeiras amigas: Alessandra, Francesca, Francieli, Jaqueline e Sabrina.

Por fim, agradeço a Deus pela vida.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DO RECONHECIMENTO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR FINANCEIRO

AUTORA: JULIA KARSBURG MARIN
ORIENTADORA: BIANCA BIGOLIN LIZSBINSKI
Data e Local de Defesa: Santa Maria, janeiro de 2014.

O presente trabalho de pesquisa objetivou analisar a evolução do reconhecimento do ativo intangível em empresas brasileiras classificadas como bancos no setor financeiro da BM&FBOVESPA. Por meio desta pesquisa, procurou-se evidenciar o percentual de conformidade das empresas aos padrões obrigatórios de reconhecimento de ativo intangível, as principais categorias de ativo intangível reconhecidas pelas empresas e os valores atribuídos aos ativos intangíveis. Os dados coletados foram selecionados, codificados e tabulados. Dessa forma, com os dados organizados e de posse dos resultados, foi realizada a análise e interpretação dos mesmos. Chegou-se a conclusão de que a partir de 2008 todas as empresas já classificavam seus ativos intangíveis conforme a legislação em vigor (Lei nº 11.638/2007) que marcou a convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade, sendo que as principais categorias reconhecidas foram os *softwares*, *ágio* e outros ativos intangíveis que compreendem a carteira de clientes e a aquisição de folha de pagamento. Houve um aumento no nível de conformidade das empresas estudadas, porém, esse percentual ainda é relativamente baixo. O estudo permitiu um conhecimento mais aprofundado sobre a legislação vigente atualmente sobre os ativos intangíveis e a importância desses ativos serem registrados de forma correta nos demonstrativos contábeis das empresas.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis. Reconhecimento Contábil. Bancos.

ABSTRACT

*Course Conclusion Work
Course of Accounting Science
Federal University of Santa Maria*

Analysis of the accounting recognition of intangible assets in Brazilian companies of the financial sector

AUTHOR: JULIA KARSBURG MARIN
TEACHER SUPERVISOR: BIANCA BIGOLIN LISZBINSKI
Date and Place of the Defense: Santa Maria, january, 2014.

The following research work aims at analyzing the evolution of the recognition of the intangible assets in Brazilian companies classified as banks in the financial sector of BM&FBOVESPA. This research, seeks to evidence the companies percentage of conformity to the required patterns of recognition of the intangible assets, the main categories of intangible assets known by the companies and the value attached to their intangible assets. The data collected was selected, codified and tabulated. That way, with the data organized and in the possession of the results, their analysis were made and interpreted. It came to a conclusion that since 2008 all the companies already classified their intangible assets according to the current legislation (law number 11.638/2007) and it pointed the convergence of the brazilian companies to the international patterns of accounting, so that the main categories recognized were the softwares, premium and other intangible assets that embraces the advisory fund and the acquisition of the payroll. There was an increase in the conformity level of the studied companies, but this percentage is still low. The study allowed a deep awareness about the current legislation of the intangible assets and their importance of being well registered in the financial statements of the companies.

Key-words: Intangible Assets, Accounting recognition, Banks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução normativa referente aos intangíveis.....	13
--------------------------------------------------------------	----

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos ativos intangíveis.	19
Quadro 2 – Normatização contábil inerente aos ativos intangíveis no Brasil.	21
Quadro 3 – Evolução da classificação dos ativos intangíveis.	23
Quadro 4 – Obrigatoriedades no reconhecimento contábil de ativos intangíveis.	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis	33
Tabela 2 – Empresas com maiores e menores médias de conformidade	35
Tabela 3 – Estatística descritiva dos índices de ativos intangíveis reconhecidos	40
Tabela 4 – Comparação entre valores reconhecidos como ativos intangíveis	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Média geral de conformidade por ano	35
Gráfico 2 – Média de conformidade antes e após a vigência do CPC 04 (2010)	36
Gráfico 3 – Evolução da representatividade dos ativos intangíveis reconhecidos	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização	12
1.2 Objetivo geral	14
1.3 Objetivos específicos.....	14
1.4 Justificativa.....	14
1.5 Estrutura do trabalho	15
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	16
2.1 Empresas financeiras de capital aberto	16
2.2 Ativos intangíveis.....	17
2.3 Evolução das normas contábeis sobre ativos intangíveis	20
2.4 Reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis	23
2.5 Evidenciação obrigatória de ativos intangíveis.....	25
3 METODOLOGIA	28
3.1 Classificação da pesquisa.....	28
3.2 População e amostra	29
3.3 Coleta dos dados	30
3.4 Período de análise.....	30
3.5 Tratamento e análise dos dados	31
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
4.1 Conformidade das empresas financeiras aos padrões obrigatórios para o reconhecimento de ativos intangíveis	33
4.2 Categorias de ativos intangíveis reconhecidas.....	37
4.3 Valores atribuídos aos ativos intangíveis	39
5 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DO ESTUDO.....	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O tema ativo intangível emerge na sociedade atual suscitando a discussão no contexto corporativo e acadêmico sobre a sua relevância para a riqueza das organizações por meio de sua funcionalidade (ANTUNES; LEITE, 2006). De acordo com Lev (2001), o atual interesse pelos ativos intangíveis se deve à competição e ao desenvolvimento da tecnologia da informação, alterando a estrutura das empresas, ao elevar os intangíveis ao nível de maior direcionador de valor das empresas.

A nova configuração econômico-financeira mundial aliada a relevância dos intangíveis para as empresas, exigiu que a área contábil evoluísse para atender a essas novas demandas. A criação e incorporação das normas internacionais de contabilidade são um exemplo de instrumento adotado para adequação às novas necessidades das empresas (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

No cenário nacional, a modificação de definições e a valorização do uso dos ativos intangíveis vêm ocorrendo de forma gradual tanto no âmbito externo, com os aspectos legais, quanto na esfera interna de uma organização, referindo-se a pontos de vista gerenciais (RECH; SCHNORRENBARGER; LUNKES, 2012).

Pode-se dizer que o registro dos ativos intangíveis no balanço patrimonial das empresas brasileiras estabeleceu-se a partir da Lei nº 11.638/2007, que tornou compulsória a introdução do grupo intangível no Ativo Não Circulante. Em seguida, o Pronunciamento Contábil 04/2010 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) fundamentado na *International Accounting Standard* (IAS) 38, estabeleceu critérios de contabilização relativos ao reconhecimento e à mensuração dos ativos intangíveis, exigindo a divulgação de informações específicas sobre esses ativos em notas explicativas às demonstrações contábeis das empresas (SANTOS et al., 2012).

Neste trabalho em específico, destaca-se a evolução do reconhecimento do ativo intangível nas empresas classificadas como bancos no setor financeiro da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (BM&FBOVESPA). Os bancos estão presentes no cenário econômico, financeiro e social do país, atuando como prestadores de serviços, agentes reguladores do mercado financeiro, intermediários

na movimentação de valores ou mesmo como absorvedores de mão-de-obra, visto que, mesmo após as fusões e aquisições de automação bancária, as instituições financeiras estão entre os setores da economia que mais empregam (FORTUNA, 2002).

Considerando que as normativas inerentes aos ativos intangíveis sofreram várias modificações no decorrer dos anos, conforme demonstrado na Figura 1, sugere-se estas alterações foram institucionalizadas pelas empresas financeiras brasileiras de maneira não padronizada. Isso se dá devido ao fato das empresas brasileiras de capital aberto do setor financeiro estarem reportadas tanto à normativas contábeis nacionais quanto internacionais, visto que algumas possuem negociações em mercados de capitais em nível internacional.

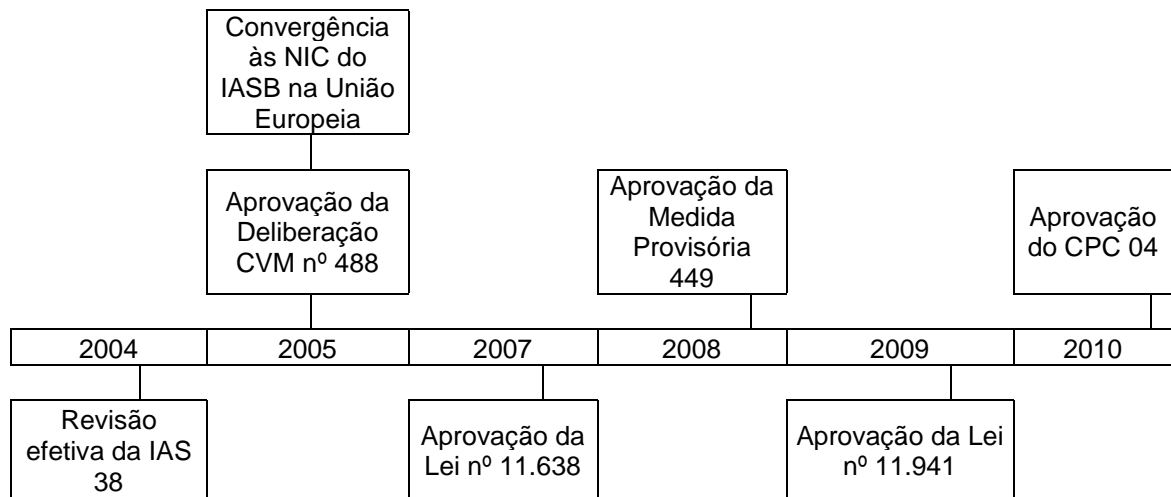


Figura 1 – Evolução normativa referente aos intangíveis

Fonte: LISZBINSKI, 2013.

O grupo do ativo intangível do balanço patrimonial é tão importante quanto ainda desconhecido pelos profissionais da área contábil. Estas constatações merecem destaque no estudo da Teoria da Contabilidade, principalmente pela sua contribuição ao valor das empresas, constituindo-se em uma reserva de benefícios futuros para as entidades (IUDÍCIBUS, 2004). Hendriksen e Van Breda (2007, p.387) enfatizam que os ativos intangíveis “devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de um ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos”.

Diante destas considerações, busca-se nesta pesquisa responder ao seguinte questionamento: como se deu a evolução do reconhecimento do ativo intangível em empresas brasileiras classificadas no setor financeiro da BM&FBOVESPA?

1.2 Objetivo geral

De forma geral, objetiva-se com este trabalho, analisar a evolução do reconhecimento do ativo intangível em empresas brasileiras classificadas no setor financeiro da BM&FBOVESPA.

1.3 Objetivos específicos

Para responder ao problema de pesquisa inicialmente elaborado, definiu-se os seguintes objetivos específicos para o estudo:

- a) verificar a conformidade das empresas aos padrões obrigatórios de reconhecimento de ativo intangível;
- b) identificar as categorias de ativo intangível reconhecidas pelas empresas;
- c) verificar os valores atribuídos aos ativos intangíveis.

1.4 Justificativa

Este estudo justifica-se pela adoção das normas internacionais de contabilidade que unificou os procedimentos contábeis de forma geral no Brasil. A IAS 38 permitiu às empresas o reconhecimento dos ativos intangíveis nos seus patrimônios de forma a qualificar a informação disponibilizada aos seus usuários, além de proporcionar parâmetros que tragam relevância, compreensibilidade e fidedignidade a este procedimento (LISZBINSKI, 2013). A cada dia que passa, as discussões sobre os ativos intangíveis no contexto da evidenciação contábil ganha mais importância, principalmente devido ao cenário de convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil, apoiado nas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e nos documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Com a institucionalização dessas novas regras contábeis inerentes aos intangíveis as empresas ficaram obrigadas a se adequarem a esta nova sistemática. Como a vigência dessas normativas variaram para cada exercício, sugere-se que diferentes procedimentos foram utilizados pelas empresas, ou seja, mesmo com a prerrogativa legal pode-se encontrar diferentes práticas contábeis relativas aos intangíveis em uso no período a que se propõe o estudo.

Porém, mesmo com a relevância desses elementos na economia atual e os reflexos da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade, nota-se que este tema é pouco explorado cientificamente, principalmente relacionando-se às empresas do setor financeiro. Este fator também motivou a elaboração desse trabalho, adicionado a relevância desse setor no contexto econômico atual.

1.5 Estrutura do trabalho

O presente trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo inicia com uma introdução anunciando o assunto e a compreensão dele quanto ao seu alcance, suas implicações e seus limites. O segundo capítulo engloba a revisão bibliográfica que traz conceitos sobre empresas financeiras, ativo intangível e as normas e leis que versam sobre esses ativos.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia, contemplando os métodos utilizados no estudo. No quarto capítulo tem-se o levantamento dos dados da pesquisa realizada, com seus resultados e discussões obtidas através do estudo desenvolvido nas demonstrações contábeis das empresas da amostra. O quinto capítulo apresenta as conclusões do estudo, sendo seguido pelas referências bibliográficas utilizadas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo é apresentada a pesquisa teórica acerca dos ativos intangíveis e as normas vigentes que versam sobre a conduta a ser seguida pelas empresas, utilizando como objeto de pesquisa as instituições financeiras listadas na BM&FBOVESPA.

2.1 Empresas financeiras de capital aberto

Para Crepaldi (1998), uma empresa é uma associação de pessoas para a exploração de um negócio que produz e/ou oferece bens e serviços com vistas em geral, à obtenção de lucro, e este deve ser suficiente para permitir sua expansão e o atendimento das necessidades sociais.

As instituições financeiras são consideradas empresas que visam o lucro, porém com características que as diferenciam de empresas comerciais, pois são regulamentadas por um órgão específico, o Banco Central do Brasil (BACEN).

De acordo com o art. 17 da Lei nº 4.595/1964, são classificadas como instituições financeiras as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

As instituições financeiras são divididas em várias espécies diferentes, dentre elas os bancos, que serão o objeto de estudo deste trabalho. O banco seria, especificamente, a empresa que, com fundos próprios ou de terceiros, possui como atividade principal a negociação de créditos, tendo nessa negociação ou intermediação o intuito de lucro. Além disso, somente o banco (e não todas as espécies de instituição financeira) pode receber de modo habitual, fundos públicos recebidos através de depósitos e outras formas e utilizá-los por sua conta própria, além de utilizarem seu próprio capital para tal (MENDES, 2013).

Com relação a regulamentação do funcionamento do sistema financeiro brasileiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão formulador da política da moeda e do crédito, devendo atuar inclusive no sentido de promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior

eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos. Compete ao BACEN, com base na política traçada pelo CMN, autorizar o funcionamento e exercer a fiscalização das instituições financeiras, emitir moeda e executar os serviços do meio-circulante. Adicionalmente, o BACEN tem competência legal para submeter instituições financeiras à regimes de intervenção ou de administração especial, podendo também, decretar sua liquidação extrajudicial (BRASIL, 1974; 1987).

Com relação aos aspectos contábeis inerentes às instituições financeiras, estas são obrigadas a elaborar balancetes e relatórios periódicos nos moldes estabelecidos pelo BACEN, contendo informações sobre a situação administrativa e operacional, liquidez, solvência e rentabilidade, que permitam avaliar a estabilidade e as tendências da evolução da sua situação financeira (BACEN, 2013).

Ainda em referência aos procedimentos contábeis, o BACEN se utiliza da legislação das sociedades anônimas para orientar a estrutura societária relativa às instituições financeiras. Estas instituições estão à margem da Lei nº 6.404/1976 e suas posteriores atualizações, em especial a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009.

2.2 Ativos intangíveis

Para Perez e Famá (2006), são considerados ativos os bens e os direitos de uma entidade, expressos em moeda e à disposição da administração. São recursos controlados pela empresa e capazes de gerar benefícios futuros (entradas de caixa ou redução de saídas de caixa). A característica fundamental dos ativos, segundo Ludícibus (2000, p. 142) é:

sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os controla individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos líquidos de entrada de caixa. Todo ativo representa, mediata ou imediatamente, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa.

Portanto, pode-se concluir que um ativo é todo recurso (físico ou não) que esteja sob o controle de uma organização e que possa ser utilizado para produzir produtos ou serviços aos seus clientes, visando à geração de benefícios econômicos

futuros e cujo custo é representado pela capitalização de todos os gastos incorridos para sua aquisição ou desenvolvimento (PEREZ; FAMÁ, 2006).

Os ativos intangíveis formam os ativos não físicos e representam o resultado da incorporação da informação e do conhecimento às atividades produtivas da entidade e por isso têm aumentado sua importância na composição patrimonial das empresas, garantindo competitividade, crescimento e desenvolvimento dessas organizações (COLAUTO et al., 2009).

Diante desse contexto, observa-se uma grande evolução na representatividade desses elementos no patrimônio das empresas, sendo que em alguns casos, os valores são superiores aos bens materiais.

Conforme Hendriksen e Van Breda (2007, p. 387), os ativos intangíveis são “ativos que carecem de substância”. Como tais, esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos.

Já Lev (2001) define ativo intangível como um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico ou financeiro, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos. Ainda segundo este autor, os ativos intangíveis interagem com os ativos tangíveis na criação de valor corporativo e no crescimento econômico.

A legislação brasileira, por meio da Lei nº 6.404/1976 em seu artigo 179 trata estes elementos como “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo do comércio adquirido”. Já para o CPC 04 (2010) os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem a presença de substância física.

Com base nas definições de ativos apresentadas acima, podem-se pensar os ativos intangíveis como ativos de natureza permanente, sem existência física e que, à disposição e controlados pela empresa, sejam capazes de produzir benefícios futuros.

Conforme Ludícibus et al. (2010) o subgrupo intangível abriga marcas, *software*, licenças e franquias, receitas, fórmulas, modelos, protótipos, gastos com desenvolvimento e outros que atendam aos critérios de reconhecimento, que antes eram tratados no extinto grupo de ativo diferido ou no ativo imobilizado. Acrescentam

ainda os direitos autorais, presentes em grande parte na indústria fonográfica e de audiovisual e todo e qualquer direito passível de controle e exploração que gere benefícios incrementais futuros, e que não esteja contemplado em uma norma específica que regule a matéria em particular.

Perez e Famá (2006) complementam como exemplos de ativos intangíveis: patentes, franquias, *goodwill*, direitos autorais, processos secretos, bancos de dados, concessões públicas, direitos de exploração e operação, uma carteira fiel de clientes etc.

Devido a grande importância desses elementos na situação econômico-financeira das empresas, identificam-se diversas formas de classificação desses elementos, conforme se apresenta no Quadro 1.

Ante o exposto, observa-se que alguns ativos intangíveis podem ser mais facilmente identificados e mensurados, enquanto outros são de mais difícil identificação e controle, considerados como gerados internamente, principalmente os relacionados aos ativos humanos (ANTUNES; LEITE, 2006).

Autores	Classificação	Composição
Brooking (1996)	Ativos de Mercado	Potencial da empresa em decorrência dos intangíveis relacionados ao mercado, como marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento e canais de distribuição.
	Ativo humano	Benefícios que o indivíduo pode proporcionar às organizações por meio de sua expertise, criatividade, conhecimento e habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.
	Ativos de propriedade Intelectual	Ativos que precisam de proteção legal para proporcionar às organizações benefícios como <i>know-how</i> , segredos industriais, patentes e <i>design</i> .
	Ativos de Infraestrutura	Tecnologias, metodologias e processos empregados, como cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação do risco e banco de dados de clientes.
Edvinsson e Malone (1998)	Capital Humano	Combinação de conhecimento, habilidades, capacidade de inovação e capacidade dos empregados para desenvolver tarefas, valores, cultura e filosofia empresarial.
	Capital Estrutural	<i>Hardware</i> , <i>software</i> , banco de dados, estrutura organizacional, patentes, marca e tudo o mais que dá suporte para elevar a produtividade dos empregados, clientes e relações desenvolvidas com eles.
Sveiby (1998)	Estrutura Externa	Marcas, marcas registradas, relações com clientes e fornecedores e imagem da empresa.
	Estrutura Interna	Estrutura organizacional, estrutura gerencial, estrutura legal, sistemas, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e <i>software</i> .
	Competência Individual	Capacidade de agir em diversas situações para criar ativos tangíveis e intangíveis.

Quadro 1 – Classificação dos ativos intangíveis.

Fonte: Adaptado de Santos et al., 2012.

No setor financeiro os ativos intangíveis são classificados da mesma forma que nas empresas em geral, porém observam-se algumas classificações mais comuns como os direitos por aquisição de folhas de pagamento que se referem aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de empréstimos consignados para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Os *softwares*, onde as licenças de uso são capitalizadas com base nos custos incorridos e aqueles *softwares* adquiridos de terceiros também são exemplos de intangíveis de empresas do setor financeiro.

Observa-se também neste setor a classificação denominada “outros ativos intangíveis” que se refere, basicamente, a carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. Também se identifica a classificação no ativo intangível do ágio, o qual se refere ao ganho na aquisição de investimento em controlada.

As diferentes classificações de ativos intangíveis em empresas do setor financeiro de capital aberto (bancos) estão contempladas em suas notas explicativas das demonstrações contábil-financeiras.

2.3 Evolução das normas contábeis sobre ativos intangíveis

No Brasil, novas leis e regras tentam diminuir o distanciamento das informações contábeis no que tange aos ativos intangíveis em relação ao que é percebido pelo mercado acionário com a valorização das ações na hora da compra (DUTRA; SCHNORRENBARGER; REINA, 2009).

Tanto nacional como internacionalmente identificam-se resoluções, normas, leis e deliberações que parametrizam as ações que devem ser executadas no âmbito da contabilidade com relação ao ativo intangível (LISZBINSKI, 2013). De acordo com os dados apresentados no Quadro 2, se observa a cronologia de diversas normativas inerentes aos ativos intangíveis no Brasil.

Rech, Schnorrenberger e Lunkes (2012) retratam que antes das alterações ocorridas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, os ativos intangíveis

eram de modo geral, classificados no Diferido e não havia um detalhamento de métodos para avaliação destes. Os autores acrescentam ainda que os ativos intangíveis existiam como informações adicionais às demonstrações contábeis e eram amortizados pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada e limites legais e, por esses motivos, não existia a preocupação necessária com estes ativos, pois a contabilidade era, por vezes, mais influenciada pela legislação que pelas demandas reais.

Tipo do Ato	Objetivo
Lei 6.404/1976	Dispõe sobre as sociedades por ações e é considerada o marco legal na contabilidade brasileira. Trata de questões gerais da contabilidade societária: exercício social e demonstrações financeiras. O Art. 178 trata da classificação dos intangíveis: no ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: a) ativo circulante; b) ativo realizável a longo prazo; c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.
Lei 11.638/2007	Alterou a Lei 6.404/1976 no que se refere às demonstrações financeiras obrigatórias. Esta Lei impôs a obrigatoriedade da aplicação nas normas internacionais de contabilidade no Brasil, marcando a convergência do país aos padrões aceitos mundialmente. Quanto aos intangíveis alterou o Art. 178: no ativo, as contas serão dispostas conforme os seguintes grupos: c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido. Além disso modificou questões relativas a avaliação patrimonial desses elementos.
Medida Provisória 441/2008	Convertida na Lei nº 11.941/2009.
Lei 11.941/2009	Alterou a Lei nº 6.404/1976. Dispôs sobre as informações das notas explicativas e da avaliação de bens do imobilizado e intangível. Quanto aos intangíveis, o Art. 178 consta que o ativo é agora subdividido em: ativo circulante e ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
Pronunciamento Conceitual Básico	Dispõe da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.
CPC 01/2010	Trata da redução ao valor recuperável de ativos.
CPC 04/2010	Dispõe sobre o ativo intangível.
CPC 15/2011	Dispõe sobre a combinação de negócios.
CPC 26/2011	Trata da apresentação das demonstrações contábeis.
ICPC 09/2009	Trata das demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.
Resol. CFC 1139/2008	Aprova a NBC T 19.8 (Ativo Intangível).
Resol. CFC 1303/2010	Aprova a NBC TG 04 (Ativo Intangível), baseada no CPC 04 e IAS 38.
Resol. CFC 1350/2011	Aprova a NBC TG 15 (Combinação de Negócios), baseada no CPC 15 e IFRS 3.

Quadro 2 – Normatização contábil inerente aos ativos intangíveis no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com as alterações na Lei nº 6.404/1976, promovidas pela Lei nº 11.638/2007, uma nova estrutura de balanço patrimonial passou a ser adotada. A aplicação dessa lei para as companhias abertas e fechadas e sociedades de grande porte passou a ser uma exigência para os exercícios sociais seguintes. Essa nova legislação instituiu o reconhecimento legal do subgrupo dos intangíveis como uma tentativa de minimizar as distorções causadas pela não evidenciação de tais ativos, procurando uma padronização com as leis internacionais, como forma de melhor evidenciar esses ativos. Dessa forma, a introdução do grupo Intangível no ativo não circulante se deu de forma compulsória (DUTRA; SCHNORRENBARGER; REINA, 2009).

Em seguida, o CPC 04 com base na IAS 38, estabeleceu critérios de contabilização relativos ao reconhecimento e à mensuração dos ativos intangíveis, exigindo a divulgação de informações específicas sobre esses ativos em notas explicativas às demonstrações contábeis das empresas (SANTOS et al., 2012).

Sobre a importância dos mencionados normativos, Ludícibus et al. (2010) afirmam que a qualidade da informação contábil aumenta substancialmente com a inclusão do ativo intangível, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de capitais e também reduzindo custos de captação.

Conforme se apresenta no Quadro 3, com a Lei nº 11.941/2009 a estrutura patrimonial do ativo ficou subdividida em ativo circulante e ativo não circulante. O ativo circulante passou a ser constituído pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível e, houve ainda, a extinção do ativo diferido da estrutura patrimonial.

Lei 6.404/1976	Ativo Permanente Investimentos Imobilizado Intangível Diferido	No diferido: não havia um detalhamento de métodos para avaliação destes, existiam como informações adicionais às demonstrações contábeis.
Lei 11.638/2007	Ativo Permanente Investimentos Imobilizado Intangível Diferido	No diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;
Medida Provisória 449/2008	Ativo não-circulante Realizável a Longo Prazo Investimentos	No intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da

	Imobilizado Intangível	companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
Lei 11.941/2009	Ativo não-circulante Realizável a Longo Prazo Investimentos Imobilizado Intangível	

Quadro 3 – Evolução da classificação dos ativos intangíveis.

Fonte: Adaptado de Ludícibus et al. (2010).

Mesmo com a busca pela uniformização internacional da contabilidade, ainda se encontram diferentes entendimentos para o tratamento contábil destes elementos. Questões que envolvem o reconhecimento, valoração e divulgação são aplicadas distintamente, seja pelo fato de serem seguidas instruções de diferentes organismos reguladores ou pela legislação própria de cada país (SOTO; SALAZAR; GALVIS, 2006).

2.4 Reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis

O valor derivado de ativos intangíveis tem aumentado significativamente na economia de hoje. O valor contábil de muitas empresas cotadas em bolsa é significativamente inferior ao valor de mercado, portanto, um percentual significativo do valor de mercado de ações é derivado de ativos que não aparecem no balanço, tais como marcas, inovação e relacionamento com o cliente (PETROV, 2011).

A caracterização do intangível no momento do seu registro inicial é de fundamental importância para fins contábeis. O CPC 04 (2010) determina que, após seu reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser mensurado com base no custo, deduzido da amortização acumulada e de possíveis perdas estimadas por redução ao valor recuperável.

Segundo Ludícibus et al. (2010), três pontos dessas definições devem ser analisados com especial atenção tendo em vista o reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Com relação à identificação, o ativo deve atender a dois critérios para ser considerado intangível:

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. Essa identificação é necessária para diferenciá-la do *goodwill*, que é um intangível não identificável (IUDÍCIBUS et al., 2010 p. 264).

O controle está relacionado ao poder que a empresa detém de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios, sendo que esse controle pode ter como base os direitos legais (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Por fim, para ser reconhecido contabilmente, um intangível deve proporcionar benefícios econômicos futuros por meio do seu emprego nas atividades da entidade que o controla. O CPC 04 (2010, p. 10) reitera que um intangível só deve ser reconhecido se “(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade”.

Quanto aos benefícios econômicos futuros esperados pelos ativos intangíveis, a IAS 38 (2004) especifica que estes devam proporcionar à empresa receitas pela venda de produtos e serviços, além da redução de custos pelo uso do ativo, sendo um exemplo, o uso da propriedade intelectual em determinado processo produtivo como auxílio à redução de custos futuros.

Tendo sido identificado como um ativo intangível, este elemento deve ser reconhecido na contabilidade, porém há diferenciação nos procedimentos a serem adotados entre aqueles adquiridos separadamente, os adquiridos por combinação de negócios e os adquiridos a partir de subvenção governamental.

Os intangíveis adquiridos de forma separada devem ser mensurados pelo custo que deve incluir o preço de compra e todo o gasto necessários para colocá-lo nas condições de funcionamento pretendidas pela administração (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Por sua vez, os ativos intangíveis adquiridos por meio de uma combinação de negócios, oriundos normalmente de negociação na participação societária de outras empresas devem ser mensurados pelo seu valor justo no ato da aquisição. Os valores que compõe estes ativos são resultado de um pagamento a maior sobre o valor contábil reconhecido no patrimônio líquido da adquirida (CPC 04, 2010).

Ainda podem ocorrer casos de aquisição de ativos intangíveis por subvenção governamental, resultantes de concessões de licenças ou direitos que o governo concede às empresas. Nestes casos, a entidade tem a opção de reconhecer o intangível ao valor justo ou ao valor nominal (CPC 04, 2010).

No caso de ativos intangíveis gerados internamente as novas normatizações trouxeram importantes mudanças. O *goodwill* deverá ser reconhecido como ativo e mantido pelo valor de custo, menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda por *impairment* acumulada, que consiste na comparação entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável (SCHMIDT; SANTOS; FERNANDES, 2003). Apesar disso, o tratamento contábil dos ativos intangíveis é, de modo geral, idêntico ao do *goodwill*.

Mesmo com a normatização observam-se diferentes práticas com relação ao reconhecimento de ativos intangíveis. Aqueles adquiridos são reconhecidos e capitalizados facilmente, enquanto para aqueles intangíveis gerados internamente não há acordo (CRISÓSTOMO, 2009). Em determinadas situações o não reconhecimento, capitalização e divulgação de ativos intangíveis gerados internamente pode ser fator propositivo para crises financeiras nas entidades (PETKOV, 2011).

2.5 Evidenciação obrigatória de ativos intangíveis

A ciência contábil tem o objetivo de fornecer informação acerca do patrimônio da entidade por meio das demonstrações financeiras, visando o suporte à tomada de decisão. Suas informações servem tanto para usuários externos com internos. Logo, os esforços para atender os diferentes públicos devem ser equacionados (RECH, SCHNORRENBURGER, LUNKES, 2012).

Especificamente no contexto dos ativos intangíveis, fatores como o aumento da representatividade destes elementos e os crescentes estudos sobre este assunto demonstram a importância da evidenciação dos mesmos para os usuários da informação das entidades (JORDÃO; COLAUTO, 2009).

Nesta pesquisa, será tratada apenas a evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. No Brasil, os aspectos relacionados à essa evidenciação estão

presentes em especial no pronunciamento CPC 04 (2010), o qual está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

Conforme o item 118 deste pronunciamento, a entidade deve divulgar informações para cada classe de ativos intangíveis fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis. Devem ser divulgadas as seguintes especificações para cada tipo de ativo intangível:

- (a) com vida útil definida ou indefinida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizada;
- (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período (CPC 04, 2010, p. 33).

De acordo com o item 119 do CPC 04 (2010), cada classe de ativos intangíveis é um grupo de natureza e com utilização similar nas atividades da entidade e podem ser exemplificados como marcas, periódicos, *softwares*, licenças, franquias, direitos autorais, patentes, receitas, fórmulas, modelos, projetos, protótipos e ativos intangíveis em desenvolvimento. Acrescenta ainda que as classes acima mencionadas devem ser separadas em classes menores ou maiores a fim de facilitar a compreensão da informação pelo usuário.

As demais informações que as empresas devem divulgar são: o valor contábil e a motivação da avaliação dos intangíveis que tem vida útil indefinida; descrição, valor contábil e prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual; valor justo inicial ou valor nominal de ativos adquiridos por subvenção governamental; compromissos advindos da aquisição de intangíveis e; gastos totais com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa do período. Como para qualquer outro ativo, a empresa também deve divulgar informações dos intangíveis submetidos ao teste de recuperabilidade. Este procedimento avalia a real capacidade do bem em gerar benefícios econômicos futuros para a empresa (CPC 04, 2010).

Além disso, é recomendável, mas não obrigatório, que a entidade divulgue as seguintes informações:

- (a) descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação;
- (b) breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecido como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do presente Pronunciamento, ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor (CPC 04, 2010, p. 36).

Independentemente da sua forma, a evidenciação deve ser adequada, justa e completa ou plena, no sentido de que a informação não relevante seja omitida, tornando a divulgação significativa e compreensível e observando conceitos de materialidade e de relevância (IUDICIBUS, 2004; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma explicação minuciosa e detalhada de toda ação desenvolvida no caminho do estudo, demonstrando o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados e o tratamento dos dados.

Desse modo, esse capítulo tem como escopo apresentar o tipo de pesquisa desenvolvida, bem como as técnicas empregadas, a população e amostra utilizadas na pesquisa, o período de análise dos dados, bem como a forma de tratamento dos dados para responder aos objetivos propostos.

3.1 Classificação da pesquisa

Quanto ao seu propósito a pesquisa é classificada como descritiva, pois descreve as características do reconhecimento contábil dos ativos intangíveis da amostra, considerando-se a institucionalização de várias normativas contábeis inerentes aos ativos intangíveis em um determinado período. As pesquisas descritivas são conceituadas como:

aquelas que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e a observação sistemática (GIL, 2007, p. 42).

Este tipo de estudo caracteriza-se pela observação, análise e correlação de fatos ou variáveis sem manipulá-los. Procura descobrir também, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e propriedades (KMETEUK FILHO, 2005). Desta forma, a presente pesquisa se concentra na descrição dos fenômenos observados em cada demonstrativo contábil e notas explicadas das instituições financeiras e confrontando os fatos com o questionamento proposto.

Em referência aos procedimentos adotados, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, a qual se constitui no primeiro passo de qualquer pesquisa científica, onde se objetiva saber qual o estado atual de determinado tema. Segundo Lima

(2008) pesquisar no campo bibliográfico é coletar materiais de fontes diversas como, livros, periódicos, dissertações, teses entre outros.

Além disso, utilizou-se da pesquisa documental que, conforme Severino (2007) e Gil (2010), as fontes são documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas todos os tipos de documentos, tais como jornais, fotos, gravações, dados institucionais mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e demais organizações. Assim, o presente trabalho utilizou-se da pesquisa documental devido às consultas às demonstrações contábeis publicadas pelas empresas da amostra.

Quanto à abordagem, a presente pesquisa classifica-se em quantitativa e qualitativa. Segundo Diehl (2004), pesquisa quantitativa, pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utiliza-se de técnicas estatísticas, buscando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, permitindo uma maior margem de segurança. Neste estudo, essa abordagem é desenvolvida por meio da mensuração dos dados do reconhecimento de bens intangíveis e sua posterior análise utilizando-se técnicas de estatística descritiva.

Com relação a abordagem qualitativa, faz-se uma análise e descrição das práticas contábeis relativas ao reconhecimento dos ativos intangíveis adotadas em um grupo de empresas classificadas no setor financeiro. Desse modo, está-se identificando como se deu a evolução na adoção das normativas inerentes aos ativos intangíveis em um determinado espaço temporal, por meio da análise das práticas operacionais adotadas por essas empresas.

3.2 População e amostra

O presente trabalho fez uso do tipo de amostragem não probabilística, em uma população formada pelas empresas de capital aberto do setor financeiro da BM&FBOVESPA, classificadas como bancos. A opção de escolha desta população se dá em virtude da representatividade dos valores negociados por este tipo de empresa dentro da bolsa de valores e pelas características peculiares deste tipo societário.

Para fins de diferenciação, além dos bancos, o setor financeiro da BM&FBOVESPA é composto por empresas de exploração de imóveis, *holdings* diversificadas, outros intermediários financeiros, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito e financiamento, corretoras de seguros, seguradoras, securitizadoras de recebíveis e de gestão de recursos e investimentos (BM&FBOVESPA, 2013).

Para se identificar o quantitativo final de empresas que compõe a amostra deste estudo, fez-se o levantamento do totalizador da população em Agosto de 2013, que indicou 32 empresas. Desse total foram excluídas 02 empresas constituídas como *holding* pela sua caracterização peculiar de atuar basicamente com o objetivo de participar societariamente em outras entidades, 01 empresa por não disponibilizar suas demonstrações contábeis de todos os anos para os quais se propõe a análise e mais 05 empresas por não terem seus dados disponibilizados no *site* da BM&FBOVESPA. Sendo assim, a amostra final desta pesquisa conta com 24 empresas, conforme listagem discriminada no Apêndice A deste estudo.

3.3 Coleta dos dados

As evidências para o desenvolvimento do estudo foram obtidas por meio da consulta documental às demonstrações contábeis individuais das empresas controladoras, abrangendo balanço patrimonial e notas explicativas publicadas no *site* da BM&FBOVESPA.

3.4 Período de análise

A análise compreende o período de 2008 a 2012 por agregar exercícios anteriores e posteriores à convergência aos padrões internacionais de contabilidade pelo Brasil, especialmente àqueles que se relaciona aos ativos intangíveis (CPC 04), objeto deste estudo.

3.5 Tratamento e análise dos dados

Após a coleta dos dados, foi necessário tabulá-los e codificá-los de forma a instrumentalizar o estudo. Conforme Marconi e Lakatos (2005, p. 168), codificação é “a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos podendo ser tabelados e contados”. Portanto, os dados foram classificados e agrupados, de forma a sintetizá-los, facilitando a tabulação e a comunicação.

Posteriormente ao tratamento dos dados coletados, procedeu-se a análise dos dados, que conforme Marconi e Lakatos (2005, p.169), “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Diante deste conceito, realizou-se a relação entre os dados obtidos e a pesquisa bibliográfica estudada, de forma a evidenciar os fatos ocorridos, seguindo-se com a exposição dos resultados.

Com os dados organizados após a coleta, a análise dos mesmos detém-se em três fases principais. Primeiramente foram identificados os padrões contábeis obrigatórios ao reconhecimento de ativos intangíveis observados pelas empresas analisadas. Para subsidiar esta análise os dados coletados nas notas explicativas e no balanço patrimonial das entidades foram confrontados com os critérios descritos no Quadro 4.

A segunda fase da análise dos dados preocupou-se com a distinção das categorias de intangíveis reconhecidas. Esta análise envolveu a identificação das classes de intangíveis contabilizadas em todos os anos que se propõe o estudo (2008 a 2012).

Critério	Descrição do Padrão Contábil
A	Descrição de políticas contábeis adotadas na mensuração dos ativos intangíveis, incluindo formas e critérios de valoração utilizados
B	Distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis
C	Diferenciação entre ativos intangíveis com vida útil indefinida e definida
D	Definição do prazo de vida útil e taxas de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida
E	Apresentação do método de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida

(conclusão)

Critério	Descrição do Padrão Contábil
F	Apresentação de eventual amortização acumulada mais as perdas no valor recuperável
G	Conciliação do valor contábil no início e no final do período
H	Descrição de adições, indicando as que se referem a desenvolvimento interno, as adquiridas, ou aquelas adquiridas por combinação de negócios
I	Divulgação de reduções decorrentes de ativos que tiveram perda por desvalorização
J	Distinção entre classes de ativos intangíveis
K	Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, apresentação do valor contábil e razões dessa classificação
L	No caso de ativos intangíveis adquiridos por subvenção governamental, apresentação do valor justo inicialmente reconhecido e valor contábil
M	Existência e os respectivos valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita
N	Existência e os respectivos valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações
O	Divulgação do total de gastos com pesquisa e desenvolvimento como despesas do período
P	Descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios normativos
Q	Classificação do intangível no ativo não circulante conforme deliberação CVM 488/2005 (Divisão do ativo em circulante e não circulante)
R	Classificação do intangível no permanente (investimentos; imobilizado; intangíveis; diferido) conforme Lei 11.638/2007
S	Classificação do intangível no ativo não circulante conforme MP 449/2008 e Lei 11.941/2009

Quadro 4 – Obrigatoriedades no reconhecimento contábil de ativos intangíveis.

Fonte: LISZBINSKI (2013).

Por fim, foram analisados os valores reconhecidos como intangíveis, nas diferentes classes, buscando identificar a evolução dos valores reconhecidos durante o período em estudo. Para determinar a representatividade dos valores dos ativos intangíveis reconhecidos no período, inicialmente fez-se a identificação dos valores absolutos contabilizados em cada classe intangível e do ativo total em todos os anos a que se propõe a análise para cada empresa.

Buscando evitar eventuais distorções que estes valores absolutos pudessem acarretar, calculou-se um índice de ativos intangíveis que é o resultado do quociente entre o valor total do ativo intangível e do ativo total.

Os resultados obtidos nas três fases propostas para a análise, tanto na abordagem qualitativa como quantitativa, contam com representações gráficas, as quais têm como o objetivo uma melhor compreensão e rápida interpretação das constatações da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo divide-se em três seções principais, estruturadas de forma a demonstrar e analisar as evidências segundo os objetivos específicos traçados para o presente estudo. A primeira seção evidencia os resultados obtidos quanto à conformidade das empresas financeiras, considerando-se os padrões legais para esse procedimento contábil. Na seção seguinte, são descritas as categorias de ativos reconhecidas no período que abrange o estudo. A terceira seção apresenta as análises dos valores atribuídos aos ativos intangíveis.

4.1 Conformidade das empresas financeiras aos padrões obrigatórios para o reconhecimento de ativos intangíveis

Buscando verificar a aderência das empresas constituídas na amostra do estudo quanto às obrigações advindas das mudanças já retratadas, fez-se a análise das evidências nos balanços patrimoniais e nas notas explicativas das empresas.

Esta análise possibilitou identificar, além da conformidade quanto aos procedimentos para o reconhecimento dos ativos intangíveis, os períodos que tiveram a maior adesão às práticas que se equiparam àquelas aceitas internacionalmente e quais foram os padrões que tiveram destaques quanto à sua observação nas entidades, sendo que os padrões analisados estão estruturados basicamente pelos pressupostos do CPC 04.

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, se observam oscilações na conformidade normativa para o reconhecimento dos ativos intangíveis de acordo com os padrões do CPC 04 (2010). Houve variação entre 17% até 70% no atendimento aos requisitos.

Tabela 1 – Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis

Empresas	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Banco ABC Brasil S.A.	0,3333	0,2667	0,2667	0,3333	0,4000	0,32
Consórcio Alfa de Administração S.A.	-	-	-	0,3333	0,3333	0,33
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	0,0667	0,2000	0,2000	0,2000	0,17

Tabela 1 – Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis

(conclusão)

Empresas	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Banco Amazônia S.A.	0,0667	0,4000	0,4000	0,4000	0,4000	0,33
Banco do Estado do Sergipe S.A.	0,2667	0,3333	0,4000	0,4000	0,4000	0,36
Banco Estado Espírito Santo	0,1333	0,1333	0,4000	0,4000	0,4000	0,29
Banco do Estado do Pará S.A.	1,0000	0,1333	0,1333	0,1333	0,1333	0,31
Banco do Estado do Rio Gr. do Sul	0,4000	0,4667	0,4667	0,4667	0,4667	0,45
Banco Industrial e Comercial S.A.	0,4000	0,4000	0,6000	0,6000	0,6000	0,52
Banco Bradesco S.A.	0,5333	0,5333	0,5333	0,5333	0,5333	0,53
Banco do Brasil S.A.	0,2667	0,4000	0,5333	0,6000	0,6667	0,49
Banco de Brasília S.A.	0,1538	0,1538	0,0769	0,5385	0,0769	0,20
Banco Daycoval S.A.	0,3125	0,0625	0,1250	1,0000	1,0000	0,50
Banco Indusval S.A.	1,0000	-	1,0000	0,4000	0,4000	0,70
Banco Mercantil do Brasil	0,3333	0,3333	0,4000	0,4000	0,4000	0,37
Banco Mercantil de Investimento S.A.	-	-	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-
Banco Panamericano S.A.	0,3750	0,3750	0,4375	0,4375	0,4375	0,41
Paraná Banco S.A.	-	0,0667	0,3333	0,3333	0,3333	0,27
Banco Patagonia S.A.	0,0667	0,0667	0,4667	0,4667	0,4667	0,31
Banco Pine S.A.	0,3333	0,3333	0,4000	0,4000	0,4000	0,37
Banco Santander Brasil S.A.	0,0667	0,0667	0,4667	0,4667	0,4667	0,31
Banco Sofisa S.A.	-	0,1333	0,2000	0,3333	0,3333	0,25
Itaú S.A.	1,0000	0,1333	0,4000	0,4667	0,4667	0,49

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme a Tabela 2, a empresa que se destaca em nível de conformidade para o reconhecimento de ativos intangíveis é o Banco Indusval S.A, atingindo 70% de atendimento aos padrões do período 2008 a 2012. Mesmo reconhecendo bens imateriais em apenas quatro exercícios do período analisado, houve o cumprimento da maioria das exigências.

Em contraste, a empresa financeira Banco Alfa de Investimento S.A. é aquela que apresenta o menor nível de conformidade (17%), considerando-se as informações evidenciadas. Observa-se que esta empresa manteve, em três períodos, o mesmo nível de conformidade, não progredindo no atendimento das exigências.

Tabela 2 – Empresas com maiores e menores médias de conformidade

Empresas	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	0,0667	0,2000	0,2000	0,2000	0,17
Banco de Brasília S.A.	0,1538	0,1538	0,0769	0,5385	0,0769	0,20
Banco Sofisa S.A.	-	0,1333	0,2000	0,3333	0,3333	0,25
Banco Industrial e Comercial S.A.	0,4000	0,4000	0,6000	0,6000	0,6000	0,52
Banco Bradesco S.A.	0,5333	0,5333	0,5333	0,5333	0,5333	0,53
Banco Indusval S.A.	1,0000	-	1,0000	0,4000	0,4000	0,70

Fonte: Elaborada pela autora.

No Gráfico 1, pode-se observar a conformidade das empresas da amostra aos requisitos obrigatórios para o reconhecimento dos ativos intangíveis, de maneira geral. Estes dados baseiam-se nas evidenciações constantes nas demonstrações contábeis que tratam desse assunto.

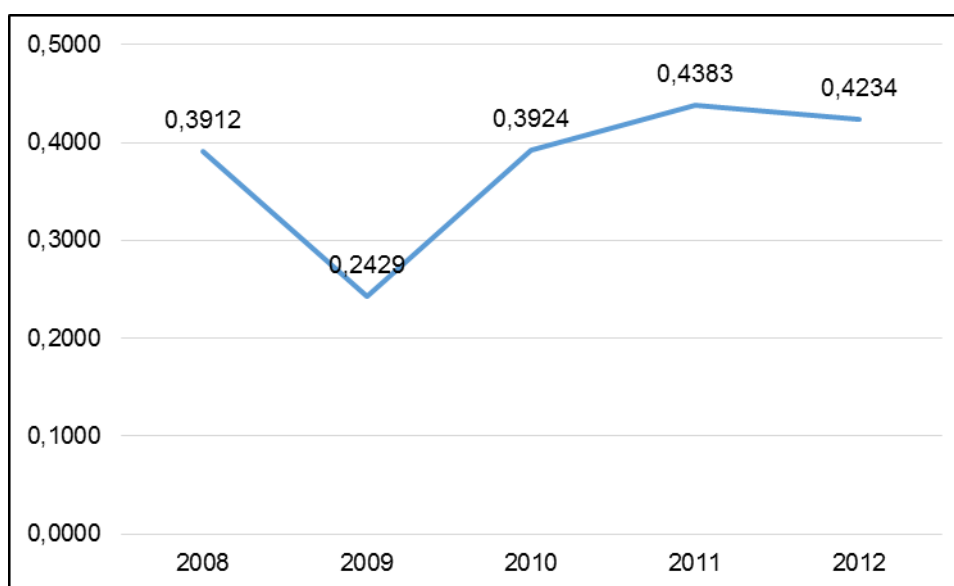


Gráfico 1– Média geral de conformidade por ano

Fonte: Elaborado pela autora.

No primeiro ano de análise, o nível geral de aderência das empresas às normas foi de 39,12%, passando no segundo ano para 24,29%. No terceiro ano o percentual foi de 39,24%, passando para 43,83% no quarto ano e se mantendo estável no quinto ano, com 42,34%.

Os anos iniciais analisados (2008 e 2009) apresentam um percentual muito baixo de atendimento aos requisitos legais. Entre 2010 e 2012, anos caracterizados pela obrigatoriedade à convergência brasileira às normas internacionais de

contabilidade, registrou-se uma elevação na conformidade do reconhecimento dos intangíveis, atingindo índices próximos a 40%. Mas mesmo assim, esse índice está muito abaixo da expectativa.

O período posterior a 2009 registra uma elevação, principalmente pelo fato de que em 2010 houve a obrigatoriedade das empresas atenderem aos requisitos do CPC 04, que trata especificamente dos bens intangíveis. A conformidade normativa nos procedimentos adotados pelas empresas para o reconhecimento desses elementos passou de 25% em 2009 para 39% em 2010, sendo que nos anos seguintes (2011 e 2012) os percentuais mantiveram-se praticamente estáveis.

De modo geral, infere-se que a vigência das disposições constantes no CPC 04, a partir do exercício de 2010, foi fator determinante para o aumento da conformidade das empresas pesquisadas. Esse resultado demonstra que a adesão às novas configurações das regras normativas relacionadas aos ativos intangíveis proporcionou reflexos positivos para as entidades.

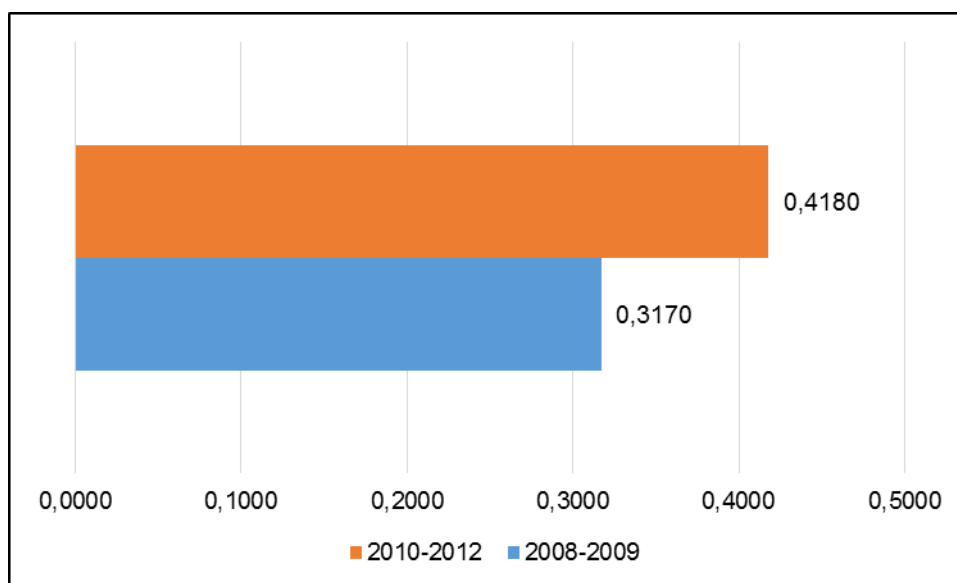


Gráfico 2 – Média de conformidade antes e após a vigência do CPC 04 (2010)

Fonte: Elaborado pela autora.

Com esse resultado, observa-se que as empresas financeiras buscaram se adaptar à nova legislação. Porém a média de conformidade após a vigência do CPC 04 não teve um aumento significativo, alcançando apenas 41% de conformidade.

De acordo com o Gráfico 2, observa-se que a média de aderência das empresas às regras de reconhecimento de ativos intangíveis antes da vigência do

CPC 04 foi de 31,70% (2008-2009). Logo, após esta vigência o nível de conformidade das empresas passou para 41,80%, demonstrando um aumento em torno de 10% nesta adequação legal. Mesmo assim, o percentual observado no segundo período ainda é relativamente baixo.

4.2 Categorias de ativos intangíveis reconhecidas

Buscou-se verificar se as empresas financeiras reconheceram categorias de ativos intangíveis diferenciadamente antes e após a adoção obrigatória do CPC 04 no Brasil. Para isso analisou-se as notas explicativas das empresas financeiras classificadas no subgrupo bancos da BM&FBOVESPA do período de 2008 a 2012. Dentre as contas identificadas nesse período, observa-se a ocorrência de três categorias mais comuns: os *softwares*, o *ágio* e outros ativos intangíveis que compreendem carteira de clientes, folha de pagamento e direito de prestação de serviço.

O *software* é constituído por todos os programas que existem para um referido sistema, quer sejam produzidos pelo próprio usuário ou pelo fabricante do computador (PRESSMAN, 1995). No contexto em análise, as empresas necessitam ter *softwares* adequados para sua realidade, esses devem ser desenvolvidos especificamente para cada instituição e por isso se torna um ativo daquela empresa, contabilizado no intangível, pois não tem existência física, mas pode ser mensurado.

Dentre essas classificações do ativo intangível, observou-se para a amostra em estudo, que a categoria *software* é, na maior parte das vezes, a que possui maior valor na demonstração contábil. Isso se deve ao fato de o *software* ser capitalizado com base nos custos incorridos para adquiri-lo e fazer com que ele esteja pronto para ser utilizado. Outro fator que favorece a contabilização desses programas como ativos intangíveis pelos bancos é a possibilidade de reconhecer os custos de seu desenvolvimento, desde que estes sejam totalmente controlados pelo Banco.

Outra classe de ativo intangível comumente reconhecida nos balanços patrimoniais das empresas da amostra é o *ágio*. Este importante ativo intangível é conceituado por Hendriksen e Breda (2007, p. 392) como “o mais importante ativo intangível na maioria das empresas”.

Por esse motivo, verifica-se um grande número de instituições financeiras identificando e mensurando o ágio em suas demonstrações contábeis. Nestes casos, pode-se dizer que o valor do ágio envolve expectativas de rentabilidades futuras nos negócios bancários e isso está basicamente relacionado com a localização privilegiada, propaganda eficaz, capital intelectual, excelente treinamento dos funcionários e bom relacionamento com a sociedade.

Por fim, algumas empresas da amostra identificam em seus balanços patrimoniais a categoria “outros ativos intangíveis”. Conforme explanação em suas notas explicativas, essa categoria compreende a carteira de clientes e as folhas de pagamento.

A carteira de clientes é considerada de muita relevância para as empresas e envolve todos os clientes conquistados que são fiéis a ela. A carteira de clientes dos bancos está baseada na relação de confiança entre o cliente e a instituição financeira, o que é considerado de fundamental importância e por isso mensurado na maioria dos casos analisados.

Com relação à folha de pagamento, este intangível envolve os direitos referentes aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de empréstimos consignados para os respectivos funcionários. Como os volumes financeiros nestes tipos de transações bancários são considerados significativos, as empresas buscam mensurar e reconhecer essa exclusividade como um ativo.

Diante dessas constatações, pode-se afirmar que, por mais que a implantação na nova normativa no âmbito brasileiro se deu apenas em 2010 pelo CPC 04, já no ano de 2008 com a vigência da Lei nº 11.638/2007, as instituições financeiras já identificavam esses ativos intangíveis no balanço patrimonial classificado no ativo não circulante. Outro fator que pode ter contribuído para este resultado está diretamente ligado ao fato de algumas instituições financeiras da amostra possuir negociações em mercados internacionais, o que determinou a adoção de determinadas normas contábeis internacionais, mesmo antes da vigência obrigatória no âmbito brasileiro.

4.3 Valores atribuídos aos ativos intangíveis

Esta análise centrou-se em duas fases principais. Inicialmente, se identificou a evolução geral dos valores reconhecidos como intangíveis para o período proposto ao estudo. Posteriormente, considerando que a vigência do CPC 04 que trata da normativa específica dos intangíveis passou a vigorar em 2010 no Brasil, buscou-se identificar se houveram significativas alterações nos valores reconhecidos nestes elementos antes e após esta nova institucionalização.

Primeiramente, mediu-se a evolução dos valores médios reconhecidos em cada ano para todas as empresas da amostra, sendo que tais valores referem-se à representatividade dos intangíveis contabilmente reconhecidos perante o ativo total da empresa, conforme índice calculado e especificado no item 3.5 deste estudo.

Conforme se observa no Gráfico 3, esses valores diminuíram. Esta constatação sugere que as empresas financeiras não reconheceram novos ativos intangíveis ou os reclassificaram. Da mesma forma, os ativos intangíveis podem ter reduzido de valor devido a perdas normais por amortizações.

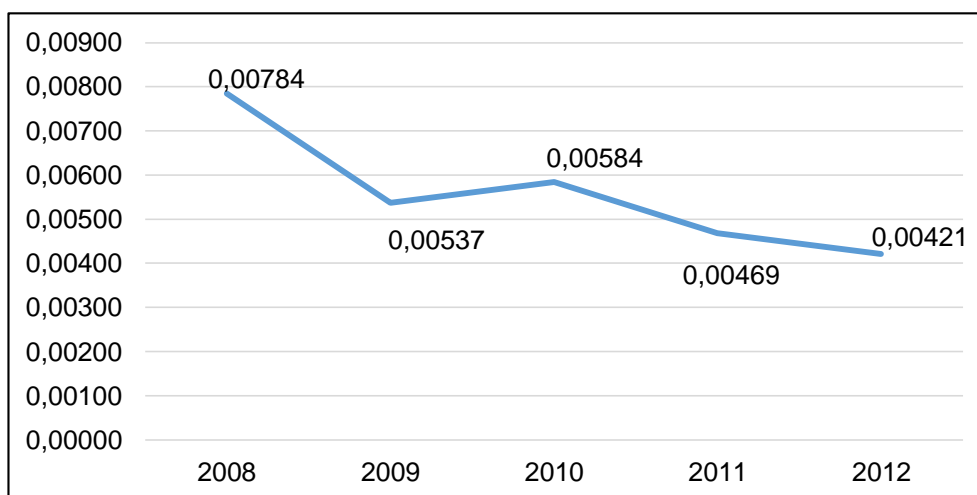


Gráfico 3 – Evolução da representatividade dos ativos intangíveis reconhecidos
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o CPC 04 (2010, item 98) o método de amortização para esse tipo de elemento pode ser “o método linear, também conhecido como método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas”. Observou-se que todas as empresas em análise utilizaram-se do método linear para cálculo da amortização durante a vida útil estimada.

Uma segunda análise verificou se houve variação em dois períodos distintos compreendidos entre 2008 a 2009 e 2010 a 2012. De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, se observa que a média dos ativos intangíveis reconhecidos de 2008 a 2009 era de 0,661% (0,00661) em relação ao ativo total da amostra. O período de 2010 a 2012 diferencia-se do anterior, pois os valores reconhecidos para estes elementos representaram 0,491% (0,00491) do ativo total.

Tabela 3 – Estatística descritiva dos índices de ativos intangíveis reconhecidos

Estatística Descritiva	2008-2009	2010-2012
Média	0,00661	0,00491
Erro padrão	0,00325	0,00122
Mediana	0,00037	0,00089
Modo	0,00000	0,00000
Desvio padrão	0,02206	0,01011
Variância da amostra	0,00049	0,00010
Curtose	27,01246	12,98363
Assimetria	5,05475	3,45170
Intervalo	0,13415	0,05658
Mínimo	0,00000	0,00000
Máximo	0,13415	0,05658
Contagem	46,00000	69,00000
Nível de confiança (95,0%)	0,00655	0,00243

Fonte: Elaborada pela autora.

Portanto, houve uma redução de 0,257% da média geral dos ativos intangíveis reconhecidos perante o ativo total das empresas entre os dois períodos analisados. Tal percentual de redução pode ser considerado pequeno para a amostra, visto a representatividade valorativa dos intangíveis no patrimônio destas empresas.

Mesmo não apresentando valores evolutivos significativos para os dois períodos analisados, observa-se conforme o resultado na estatística descritiva, importantes valores máximos reconhecidos. Conforme se apresenta na Tabela 3, no período de 2008 a 2009 uma empresa reconheceu como intangível 13,41% do seu ativo total. Já entre 2010 e 2012, uma empresa da amostra apresentou intangíveis com representatividade de 5,65% do seu ativo total.

Para avaliar se as diferenças de médias identificadas nos índices de ativos intangíveis reconhecidos pelas empresas antes e após a vigência do CPC 04 (2010)

são estatisticamente significativas, os dados obtidos foram analisados por meio da análise da variância entre as médias (Anova – Fator Único).

Tabela 4 – Comparação entre valores reconhecidos como ativos intangíveis

Anova: Fator Único							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
2008-2009	46	0,303943	0,006607	0,000487	0,310463	0,578498	3,925076
2010-2012	69	0,338963	0,004913	0,000102			

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme se observa na Tabela 4, o teste de variância entre as médias (Anova – Fator Único) referenda que os níveis de intangíveis reconhecidos não são diferenciados entre os dois períodos analisados (2008-2009 e 2010-2012). Esta constatação se confirma, pois o “F” calculado é inferior ao “F” crítico, evidenciando que em um intervalo de confiança de 95% não se pode afirmar que as médias de reconhecimento de intangíveis sejam diferentes.

Infere-se, dessa forma, que a vigência do CPC 04 a partir de 2010 não refletiu em aumentos nos valores atribuídos aos ativos intangíveis reconhecidos, ao contrário, observou-se uma relativa redução nesses valores. Novamente, pode-se dizer que esta constatação está atrelada ao fato de grande parte das empresas financeiras de capital aberto negociarem suas ações em mercado internacional, e por esse motivo já estarem adequadas com as normas aceitas mundialmente antes de 2010.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a evolução do reconhecimento do ativo intangível em empresas brasileiras classificadas no setor financeiro da BM&FBOVESPA. O período analisado compreende os anos de 2008 a 2012, o qual se caracteriza por envolver as principais alterações nas normas contábeis relativas a intangíveis.

Conforme itens evidenciados nas notas explicativas e nos balanços patrimoniais das empresas, identifica-se um aumento no nível de conformidade aos padrões estabelecidos pelo CPC 04 para o reconhecimento dos bens intangíveis. Isso se comprova pela análise dos padrões observados pela amostra, que em média tiveram um atendimento de 39,50% no período de 2008 a 2012. Embora esse índice de conformidade seja considerado baixo, se observa uma tendência de elevação no atendimento aos padrões normativos, passando de 39,12% no ano de 2008 para 42,34% em 2012.

Em referência às categorias reconhecidas como intangíveis, pode-se destacar que, a partir de 2008 todas as empresas já classificavam seus ativos intangíveis conforme a legislação em vigor (Lei nº 11.638/2007) que marcou a convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade. As principais categorias reconhecidas foram os *softwares*, *ágio* ou *goodwill* e outros ativos intangíveis que compreendem a carteira de clientes e a aquisição de folha de pagamento.

Outra constatação foi a diminuição de 0,257% dos valores contabilizados como ativos intangíveis, comparando-se o período anterior à vigência do CPC 04 (2008 a 2009) e o período posterior (2010 a 2012), considerado pequeno para a amostra. Os dados obtidos foram analisados por meio da análise da variância entre as médias (Anova – Fator Único), e constatou-se que tal diferença não é significativa.

Observa-se, com relação à valoração dos ativos intangíveis, que embora o CPC 04 tenha instrumentalizado metodologicamente as formas para o reconhecimento desses elementos, ainda ocorrem empresas que não seguem esses padrões. A não integralização das práticas estabelecidas nas normativas levam as

entidades a utilizar-se de práticas diversas, fruto da resistência em utilizar os novos parâmetros.

Mesmo atingindo aos seus objetivos, não se pode generalizar os resultados obtidos neste estudo pelo fato da amostra utilizada envolver especificamente empresas do setor financeiro, classificadas como bancos. Adicionalmente, com a ampliação do período de análise para 2005 ou 2006, se poderia encontrar outros resultados.

Como proposta de estudos futuros envolvendo esta temática, se sugere análises com a expansão da amostra, compreendendo todas as empresas do setor financeiro, inclusive a comparação com outros setores. A ampliação do período de análise também é uma sugestão, pois o ano de 2008 foi marcado pela convergência às normas internacionais e as empresas do setor financeiro já estavam adequadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S. Divulgação de informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para analistas de investimentos. **Revista Universo Contábil**, v. 41, n.3, p. 21-37, 2006.

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPBLEG>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 31 de dezembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>. Acesso em: 22 out. 2013.

_____. **Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974**. Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 d março de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6024.htm>. Acesso em: 22 out. 2013.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF, 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>.

_____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Institui normas relativas à contabilização e dá outras providências. Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Brasília, DF, 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 22 out. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 04 (R1)**: ativo intangível. Brasília, DF, 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC04_R1.pdf>. Acesso em 04 out. 2013.

COLAUTO, R. D. et al. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios de administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Atos emitidos pela CVM**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 28 nov. 2013.

_____. **Deliberação nº 488 de 03 de outubro de 2005.** Aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre demonstrações contábeis: apresentação e divulgações. Rio de Janeiro, RJ, 03 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli488.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2013.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança.** Brasília, n. 1, v.12, p. 50-68, 2009.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DUTRA, A. V.; SCHNORRENBARGER, D.; REINA, D. Mensuração dos ativos intangíveis: uma análise a partir da diferença entre o valor de mercado e patrimonial de empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2003 a 2008. **UEM:** Paraná, n.3, v.28, p. 51-68, 2009.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro:** produtos e serviços. 15. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS. **IAS 38: intangible assets.** Disponível em:<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS38.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 6. ed., 2000.

_____. **Teoria da contabilidade.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

JORDÃO, R. V. D.; COLAUTO, R. D. Governança corporativa e evidenciação voluntária de ativos intangíveis: um estudo nos setores de telecomunicações e de utilidade pública. In: SEMEAD, 12, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

KMETEUK FILHO, O. **Pesquisa e análise estatística.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

LEV, B. **Intangibles:** management, measurement and reporting. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

LIMA, M. C. **Monografia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LISZBINSKI, B. L. **Implicações provocadas pela convergência às normas internacionais de contabilidade no reconhecimento de ativos intangíveis sob a perspectiva institucional**: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. 2013. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENDES, N. J. **Noções introdutórias ao direito bancário**. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/sociais/direito/nocoos-introductorias-ao-direito-bancario-32683/artigo/#.UpoA9CezL_k>. Acesso em: 24 out. 2013.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, v. 22, n. 56. p. 155-173, 2011.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R.. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n. 40, p. 7-24, 2006.

PETKOV, R.R. The current financial crisis and its potential impact on internally generated intangible assets. **International Journal of Business Management**, vol.6, n. 3, p. 37-43, 2011.

PRESSMAN, R. S. **Engenharia de software**: uma abordagem profissional. 7. Ed. São Paulo: Bookman, 1995.

RECH, J.O.; SCHORRENBARGER, D.; LUNKES, R. J. A análise comportamental dos ativos intangíveis: um estudo nas companhias da BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 2, p. 52-68, 2012.

SANTOS, A. V. F. et al. Evidenciação de ativos intangíveis nas empresas industriais mais inovadoras segundo classificação do índice Brasil de inovação (IBI). **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, ano 12, v.16, n.1, p.1-23, 2012.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. **Ativos intangíveis nas normas internacionais – IASB**. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOTO, E. M.; SALAZAR, C. A.; GALVIS, O. J. Comparación del tratamiento contable de activos intangibles según diferentes organismos reguladores. **Estudios Gerenciales**, n. 99, p. 89-104, 2006.

APÊNDICE A – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DO ESTUDO

Empresas

- 1 Banco ABC Brasil S.A.
- 2 Consórcio Alfa de Administração S.A.
- 3 Banco Alfa de Investimento S.A.
- 4 Banco Amazônia S.A.
- 5 Banco do Estado do Sergipe S.A.
- 6 Banco Estado Espírito Santo
- 7 Banco do Estado do Pará S.A.
- 8 Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
- 9 Banco Industrial e Comercial S.A.
- 10 Banco Bradesco S.A.
- 11 Banco do Brasil S.A.
- 12 Banco de Brasília S.A.
- 13 Banco Daycoval S.A.
- 14 Banco Indusval S.A.
- 15 Banco Mercantil do Brasil
- 16 Banco Mercantil de Investimento S.A.
- 17 Banco Nordeste do Brasil S.A.
- 18 Banco Panamericano S.A.
- 19 Paraná Banco S.A.
- 20 Banco Patagonia S.A
- 21 Banco Pine S.A.
- 22 Banco Santander Brasil S.A.
- 23 Banco Sofisa S.A.
- 24 Itaú S.A